

Síntese da consulta

Avaliação do Regulamento (CE) n.º 906/2009 relativo à aplicação do n.º 3 do artigo 81.º do Tratado CE a certas categorias de acordos, decisões e práticas concertadas entre companhias de transportes marítimos regulares (consórcios)

Os serviços de transportes marítimos consistem na prestação de serviços regulares de transportes marítimos de mercadorias em rotas específicas. Exigem níveis de investimento significativos e, por conseguinte, são prestados regularmente por várias companhias de navegação que cooperam no âmbito de consórcios. Os consórcios podem induzir economias de escala e uma melhor utilização do espaço dos navios. Uma parte equitativa dos benefícios resultantes desses ganhos de eficiência podem ser transferidos para os utilizadores dos serviços marítimos sob a forma de uma melhor cobertura dos portos (maior frequência dos serviços e das escalas) e de serviços de melhor qualidade (melhoria dos horários, serviços mais eficazes ou personalizados através da modernização de navios, equipamentos e instalações portuárias).

O artigo 101.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE») proíbe acordos entre empresas que restrinjam a concorrência. No entanto, o n.º 3 desse mesmo artigo declara esses acordos compatíveis com o mercado interno desde que contribuam para melhorar a produção ou a distribuição dos produtos ou para promover o progresso técnico ou económico, contanto que aos utilizadores se reserve uma parte equitativa dos benefícios daí resultantes, sem eliminar a concorrência.

O Regulamento n.º 246/2009 do Conselho estabelece que, em conformidade com o disposto no artigo 101.º, n.º 3, do TFUE, a Comissão pode, através de um regulamento, isentar os acordos de consórcio da aplicação do artigo 101.º, n.º 1, TFUE, por um período limitado de cinco anos, com possibilidade de prorrogação. Por conseguinte, a Comissão adotou o Regulamento n.º 906/2009 (a seguir «Regulamento dos Consórcios»), que define as condições específicas relativamente à isenção dos acordos de consórcio. Estas condições visam, nomeadamente, garantir que os consumidores beneficiam de uma parte equitativa dos benefícios daí resultantes. O Regulamento dos Consórcios expira em 25 de abril de 2020 e a avaliação proposta deve estar concluída antes da data de expiração.

A presente consulta pública é realizada no quadro da avaliação do Regulamento dos Consórcios, que teve início em maio de 2018. O objetivo da consulta é recolher elementos de prova e pontos de vista das partes interessadas, a fim de avaliar o impacto e a pertinência do Regulamento dos Consórcios e proporcionar uma base factual para determinar se se deve deixar caducar ou prolongar a sua vigência (e, em caso afirmativo, em que condições).

A consulta sobre o presente questionário estará aberta durante 12 semanas. As respostas serão analisadas, sendo depois publicada uma síntese dos pontos principais e das conclusões no sítio Web da consulta.

As principais partes interessadas visadas pela consulta são as transportadoras, os seus clientes (expedidores e transitários), os operadores portuários e as respetivas associações. As transportadoras, que têm de aplicar o Regulamento dos Consórcios, são as partes com maior interesse, seguidas de perto pelos seus clientes, que beneficiam da repartição dos benefícios, mas estão igualmente expostos a eventuais problemas de direito da concorrência, causados pelos consórcios.

Entre as outras partes cujo contributo será valorizado contam-se analistas do setor, académicos e sociedades de advogados especializadas em direito da concorrência e no setor marítimo. Procura-se igualmente recolher os pontos de vista das autoridades de concorrência dos Estados-Membros.